



June de Araújo/Agência Senado

E-Cidadania dá ainda mais transparência ao Senado

O Senado lançou ontem o Portal e-Cidadania, antecipando-se à Lei de Acesso à Informação, que entra em vigor hoje. Ferramenta abre dados para *downloads* e recebe sugestões de novas leis. **3**

Senadores Sarney, Vanessa, Mozarildo, Flexa, Durval, Cícero e Paim (D) no lançamento do portal: mais interatividade com o cidadão

CPI reconvoça Cachoeira para depor na próxima terça-feira

Buscando evitar um novo adiamento, parlamentares aprovaram o amplo acesso dos advogados do contraventor, a partir de hoje, aos documentos sigilosos da investigação da Polícia Federal que encontram-se com a comissão



Ana Volpe/Agência Senado

CPI mista aprova convocação do contraventor Carlinhos Cachoeira para falar dia 22 e pedido de explicações ao procurador-geral sobre operações da PF

De depoimento de Cachoeira seria ontem, mas foi adiado após liminar do ministro Celso de Mello, do STF, para que, antes, sua de-

fesa analise os documentos sigilosos dos inquéritos das operações Vegas e Monte Carlo. Segundo o presidente da CPI, Vital do Rêgo, a comissão deve

recorrer da decisão do Supremo. Parlamentares temem a abertura de precedentes para que outros convocados se recusem a depor. **7**

Para Randolfe e Humberto, não houve escuta ilegal

Após ouvir delegados no Conselho de Ética, Randolfe Rodrigues e o relator do caso, Humberto Costa, concluíram que Demóstenes apareceu indiretamente nas investigações da Polícia Federal por trocar frequentes telefonemas com Cachoeira. **7**

Governador espera que STF adie julgamento sobre guerra fiscal 4

Senadores repercutem encontro de prefeitos com Dilma em Brasília 4

Burocracia para pesquisa estimula biopirataria, diz secretário da CNI 8

Lei que criminaliza homofobia requer mobilização social, diz Marta Suplicy

Relatora do projeto de lei afirmou em seminário que é preciso mobilizar a sociedade para dar respaldo à “maioria silenciosa” que apoiaria a iniciativa, mas tem receio da reação de seus eleitores. **2**

Pablo Valadães/Agência Senado



Ana Rita (E), Marta Suplicy (C) e Paulo Davim (D) e dirigentes da ABGLT Keila Simpson e Toni Reis durante seminário

Desconto para quem antecipa final de dívida 5

Debate: é mais seguro voar nos EUA que no Brasil 5

Em seminário realizado ontem com representantes de entidades LGBT, a senadora disse que é preciso mobilizar a sociedade e ter o apoio dos “não gays” para aprovar projeto que criminaliza a homofobia

Publio Valadres/Agência Senado



Marta recebe texto defendido pelas entidades LGBT, em encontro que também contou com Ana Rita (2ª à dir.) e Davim (D)

Marta: lei contra homofobia deve conquistar sociedade

RELATORA DO PROJETO de lei que criminaliza a homofobia, Marta Suplicy (PT-SP) disse ontem em seminário no Senado que é preciso mobilizar a sociedade brasileira para conseguir aprovar a proposta. Segundo ela, a mudança de postura na sociedade é necessária para dar respaldo à “maioria silenciosa” de parlamentares que apoiaria o projeto se não tivesse receio da reação de seus eleitores. A senadora também avalia que a pressão da sociedade poderia levar a presidente Dilma Rousseff a adotar uma posição clara e favorável.

— Só vamos mudar a situação atual e aprovar o projeto [PLC 122/06] quando os não gays assumirem que não querem mais violência e discriminação contra os homossexuais. Ela quer retomar o texto proposto para a matéria pela então senadora Fátima Cleide sobre projeto apresentado dez anos antes pela deputada federal Iara Bernardi (PT-SP).

Marta havia feito modificações visando obter um acordo com os parlamentares que se opõem à proposta, especialmente os ligados a igrejas. Ela incluiu um item para determinar que a nova lei “não se aplica à manifestação pacífica de pensamento decorrente da fé e da moral fundada na liberdade de consciência, de crença e de religião”.

— Os senadores que participaram das negociações tiveram boas intenções, mas não encontraram apoio em suas bases ou igrejas — disse. A senadora ponderou, no entanto, que é preciso esperar pela “conjuntura certa” para votar e aprovar o texto.

O presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, comparou o caso do Brasil, onde o projeto de criminalização da homofobia tramita há mais de dez anos, com o de outros países da América do Sul.

Ele lembrou que o congresso argentino aprovou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2010, enquanto os parlamentares chilenos aprovaram rapidamente a criminalização da homofobia, no mês passado.

Toni Reis disse ainda que o projeto não afeta a liberdade de expressão dos religiosos que são contra o homossexualismo, desde que não se incentive a discriminação ou a violência.

— Eles podem dizer que é pecado, mas não que é doença ou que somos criminosos — acrescentou.

Posição semelhante foi manifestada pela ativista travesti Keila Simpson, presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Também participaram do seminário os senadores Ana Rita (PT-ES), Paulo Davim (PV-RN) e Paulo Paim (PT-RS) e a advogada Maria Berenice Dias.

Davim relata visita da CPI do Tráfico de Pessoas ao Rio

Waldemir Barreto/Agência Senado



Paulo Davim (PV-RN) relatou que a CPI de Tráfico de Pessoas visitou anteontem a Polícia Federal no Rio de Janeiro para ouvir pessoas indiciadas.

— O governo precisa tomar providências de imediato. O relatório vai contribuir para minimizar esse problema.

Ele informou que o crime movimenta US\$ 30 bilhões por ano, atingindo 2,5 milhões de pessoas no mundo e 60 mil no Brasil. Dia 28, a CPI estará em Natal, uma das rotas do tráfico de pessoas.

Anibal Diniz elogia processo de titulação de terras do Acre

Waldemir Barreto/Agência Senado



O início do processo de regularização fundiária no Acre foi destacado por Anibal Diniz

(PT-AC). Segundo o senador, a medida, promovida pelo Instituto de Terras do estado, com apoio do Programa Terra Legal, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, beneficiará diretamente 6 mil famílias do meio rural, com titulação a custo zero.

Serão também beneficiados moradores urbanos que ainda não têm títulos definitivos de suas casas.

Lídice convoca para mobilização contra violência sexual

Mileina Manz/Agência Senado



Lídice da Mata (PSB-BA) cobrou investimentos para a prevenção da violência sexual contra

menores. Ela conclamou a população a participar do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, sexta-feira, dia 18.

— No Brasil, a cada oito minutos, uma criança é vítima, e em 92% dos casos, o violador é um membro da família.

Segundo ela, o Disque 100 registrou 52 mil denúncias entre 2003 e 2011.

Senadores não se posicionam por temer eleitor, diz relatora

Marta Suplicy, relatora do projeto de lei que criminaliza a homofobia, disse que há entre os senadores uma “maioria silenciosa” favorável ao projeto, ou pelo menos neutra, que não se posiciona por receio de desagradar aos eleitores.

— Essa maioria silenciosa vai se posicionar se a população se posicionar a favor.

O projeto em questão (PLC 122/06) já foi aprovado na Câmara, mas enfrenta resistências no Senado.

Entre os principais oposi-

tores, estão os parlamentares da bancada evangélica — na avaliação de Marta, “uma minoria que é muito barulhenta e se posiciona”.

— Mas não podemos viver em um país onde os homossexuais são vítimas de *bullying* nas escolas ou são espancados em plena Avenida Paulista, o que às vezes resulta em suicídios e assassinatos.

Marta lembrou a recente decisão do presidente dos EUA, Barack Obama de manifestar apoio ao casamento entre pessoas do mesmo sexo.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h20 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Pauta trancada

14h A pauta está trancada pela medida provisória (MP 555/11) que autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto.

PRESIDÊNCIA: Comissão da Verdade

11h O senador José Sarney comparece à cerimônia de instalação da Comissão da Verdade, no Palácio do Planalto; às 15h, participa de reunião da Mesa; e, às 16h, preside a ordem do dia.

ÁGUA: Audiência pública

8h30 A Subcomissão Permanente da Água, ligada à Comissão de Meio Ambiente, realiza audiência sobre o tema “Governança da água no Brasil”. Foram convidados o diretor de Gestão da Agência Nacional de Águas, Paulo Lopes Varella Neto, e o presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, Humberto de Albuquerque, entre outros.

CCT: Radiodifusão comunitária

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática analisa proposta que inclui o apoio cultural ao serviço de radiodifusão comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados. Também examina projetos autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

CAS: Isenções a empregados

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota, entre outros, projeto que exclui do salário de contribuição do empregado valores pagos em indenização de alimentação e transporte.

CE: Livros didáticos

10h Os critérios de avaliação das obras escolhidas para o Programa Nacional do Livro Didático são tema de debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a presença do presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos, José De Nicola Neto.

CCI: Concursos públicos

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto que veda a realização de concurso público exclusivo para a formação de cadastro de reserva. Outra proposta institui o Fundo Nacional de Segurança Pública.

TRÁFICO DE PESSOAS: Requerimentos

10h Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas se reúnem para apreciação de requerimentos.

CMMC: Preparação da Rio+20

14h A Preparação para a Rio+20 é tema de debate na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença de representantes dos ministérios do Meio Ambiente e das Relações Exteriores e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

ELETOBRAS: Início de subcomissão

14h30 Instalação dos trabalhos da Subcomissão Permanente para acompanhar as atividades da Eletrobras Distribuição. Em seguida, eleição do presidente e vice-presidente da subcomissão.

MESA DO SENADO: Tramitações

15h Reunião da Mesa do Senado para apreciação de requerimentos relacionados com a tramitação de projetos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Com a nova ferramenta, Casa estimula a participação dos cidadãos no processo legislativo, amplia a transparência e se antecipa à Lei de Acesso à Informação, que entra em vigor hoje

Senado lança portal interativo e-Cidadania

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anunciou ontem as medidas de adaptação da Casa à Lei de Acesso à Informação e também a criação do portal interativo e-Cidadania, que estimulará a participação e o engajamento mais direto e efetivo dos cidadãos no processo legislativo.

Sarney destacou que, com o lançamento do portal, o Senado se antecipa ao cumprimento de exigências da Lei 12.527/11. Ele explicou que a iniciativa amplia e facilita o acesso a informações relativas à administração, além de unificar serviços já disponíveis, como o Portal do Orçamento.

— Na véspera da vigência da lei, estamos colocando praticamente a totalidade das informações do Senado à disposição da cidadania brasileira e do país, e com isso oferecendo não somente a condição de o cidadão receber, mas também de interagir com essas informações — comentou.

O novo Portal e-Cidadania começou a ser construído em setembro por um comitê com representantes de diversos setores da Casa. A conclusão do trabalho foi aprovada pela Mesa em dezembro.

Segundo a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, que apresentou o e-Cidadania ontem, mesmo antes da Lei de Acesso à Informação, o Senado já estava investindo na construção de ferramentas para que as informações legislativas fossem oferecidas em formatos abertos e de manuseio mais fácil.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, destacou a importância das medidas de

adaptação do Senado à lei. Segundo ela, iniciativas como o e-Cidadania e a reformulação do Portal da Transparência estão sendo coordenadas com o objetivo de oferecer maior cidadania ao povo brasileiro.

Vanguarda

O presidente do Senado observou que a iniciativa é mais uma em que a Casa se destaca como vanguarda tecnológica e lembrou que, em seu primeiro mandato, defendeu a criação de um banco de dados legislativo, proposta que evoluiu para a criação do Prodasen, um dos órgãos pioneiros no setor público em soluções de tecnologia da informação. Anos depois, novamente como presidente, o Senado implantou seu primeiro portal na internet.

— A partir de então procuramos sempre modernizar a Casa, para que ela possa seguir à frente. Podemos dizer que sempre tivemos os olhos voltados para o futuro.

Para Sarney, o lançamento do e-Cidadania na véspera do início de vigência da lei representa um serviço à democracia. Ele acrescentou que o cidadão terá canais para opinar e ainda a possibilidade de propor sugestões de novas leis.

Numa retrospectiva histórica, Sarney observou que a democracia, em seu nascimento na Grécia, era exercida de forma direta pelos cidadãos. A seu ver, a ampliação da interatividade entre o Senado e o cidadão valoriza o exercício da democracia direta.

— É um sistema de interatividade que é um prenúncio do que vai acontecer no futuro.



Ao lado da diretora-geral da Casa e de senadores, Sarney cumprimenta a secretária-geral da Mesa no lançamento do portal

Cidadão poderá apresentar sugestões de leis

A secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, destacou ontem, no lançamento do e-Cidadania, que o portal permite ao cidadão participar diretamente do processo legislativo com propostas de novas leis.

Por meio do canal Ideias Legislativas, qualquer pessoa poderá sugerir projetos de lei, sem se preocupar com o

formato. Caso a sugestão seja constitucionalmente viável, será colocada em consulta pública, no próprio portal. Se atingir 20 mil apoios da sociedade, seguirá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que fará a avaliação, podendo então propor um projeto dentro da técnica formal.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, disse que o portal renovado da Casa e o e-Cidadania representam um aprimoramento em termos de cidadania e democracia, dando sequência a uma série de avanços.

— Com o apoio da sociedade, poderemos falar de um Senado inclusivo e cada vez mais transparente.

Ferramenta tem dados abertos para downloads

Outra novidade do Portal e-Cidadania é o serviço de dados abertos. Por meio dessa ferramenta, os internautas terão acesso a dados brutos para *download*.

No *link* Dados Abertos, o cidadão, entidade, empresa

ou instituição encontrará conjuntos de dados sobre a atividade legislativa que poderão ser acessados via html ou baixados pelo sistema *open data*.

A possibilidade de acesso aos dados brutos facilitará

a manipulação por pesquisadores, por exemplo, permitindo as mais diversas abordagens sobre a realidade política do país. A Lei de Acesso à Informação estabelece a publicidade como preceito e o sigilo como exceção.

Aprovada em 2011, Lei de Acesso à Informação começa a valer hoje

Entra hoje em vigor a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), que trata dos procedimentos a serem observados pelos órgãos da União, estados e municípios para garantir o acesso dos cidadãos a informações públicas.

A lei estabelece obrigações para os órgãos e entidades do poder público quanto à gestão da informação e define os tipos de informação que podem ser solicitadas.

Uma das novidades é a obrigação de cada órgão da administração pública criar uma comissão mista de reavaliação de informações, responsável pela

implementação da lei.

Também são abordados pela lei os casos de restrição de acesso à informação e de responsabilidades pelos danos causados pela divulgação não autorizada ou uso indevido de informações sigilosas ou pessoais.

A lei foi aprovada pelo Plenário do Senado no dia 25 de outubro de 2011.

Em sua reunião na tarde de hoje, a Mesa diretora do Senado discutirá ato para disciplinar a adaptação da Casa à lei. O ato deverá também criar comissão que ficará responsável pela classificação dos documentos do Senado à luz da nova lei.

Para Vanessa, nova lei ajudará a combater corrupção

Em pronunciamento, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou da entrada em vigor da lei que estabelece o acesso dos cidadãos a informações públicas sem que seja necessário revelar os motivos para tais consultas.

A senadora lembrou que o projeto que deu origem à lei foi aprovado pela Câmara dos Deputados em abril de 2010, e no Senado em outubro de 2011. A norma contempla o que já está expresso na Constituição de 1988, mas só após duas décadas de “duros debates” passa a vigorar, declarou Vanessa Grazziotin.

Segundo ela, o Brasil é o 89º país do mundo e o 15º da América Latina a contar com uma legislação dessa natureza. — Nossa legislação é muito



Vanessa Grazziotin: Lei de Acesso à Informação é um “marco histórico”

mais avançada do que a existente em outros países do mundo — disse a senadora, ressaltando que, acordo com a lei, nenhum documento poderá inacessível por mais de 50 anos.

Vanessa Grazziotin afirmou que considera a entrada em vigor da lei um marco histórico na luta pela consolidação da democracia no país e,

principalmente, pelo fortalecimento dos instrumentos de combate à corrupção.

— Nada mais importante do que manter a vigilância sobre as ações governamentais e ter a possibilidade de acessar essas informações — afirmou.

A senadora lembrou que, ao sancionar a Lei de Acesso à Informação, a presidente Dilma Rousseff também sancionou a lei que criou a Comissão da Verdade. A comissão foi nomeada para investigar violações aos direitos humanos no período de 1946 a 1988, incluindo a ditadura militar.

— Ambas [as leis] garantem o acesso dos brasileiros à própria história, à história do país, além de reforçar o exercício cotidiano da fiscalização do Estado.

André Puccinelli, de Mato Grosso do Sul, defende que o Congresso aprove antes projeto sobre os incentivos fiscais dos estados pelo ICMS

Governador quer adiar julgamento no STF sobre fim da guerra fiscal

O GOVERNADOR DE Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, pediu ontem apoio do presidente do Senado, José Sarney, para entendimentos com o Supremo Tribunal Federal (STF) que permitam o adiamento de julgamento que pode acabar com a guerra fiscal. Se aprovada, a Súmula Vinculante 69 vai acelerar a declaração de inconstitucionalidade de leis estaduais que criaram incentivos fiscais no ICMS sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Puccinelli defende que o julgamento só aconteça após aprovação de um projeto de lei que acabe com a exigência de aprovação prévia unânime, pelo Confaz, das propostas de concessão de incentivos.

— De uma forma abrupta, a súmula liquida 23 estados brasileiros, rompendo os benefícios fiscais e tributários que foram dados ao longo de dezena de anos, o que vai trazer a desindustrialização desses estados e o desemprego em massa — afirmou o governador.

Na opinião de Puccinelli, a aprovação da súmula beneficiará principalmente São



Observados por senadores, Puccinelli e Sarney conversam sobre incentivos que estados concedem para atrair indústrias

Paulo e residualmente outros três estados. A tendência seria a reconcentração industrial nessas unidades, alertou.

— Os estados fizeram leis próprias não convalidadas pelo Confaz porque é preciso ter unanimidade, e São Paulo sempre se antepõe, pois não quer que as indústrias se desloquem para outros lugares — disse o governador.

Puccinelli salientou que há no Congresso diversos projetos de lei que podem resolver a questão, ao suprimir a regra de unanimidade nas decisões do Confaz. Ele citou o

PLS 85/10, que tem Delcídio do Amaral (PT-MS) como relator, e Sarney se comprometeu em verificar como está o andamento desse projeto. Pelo texto do PLS 85/10, as decisões no Confaz devem ser tomadas pela maioria absoluta dos estados e do Distrito Federal e, ainda, de pelos menos um estado de cada uma das cinco regiões geográficas do país. Puccinelli admite até um quórum maior para as decisões, o de três quintos.

— Aí somente com anteposição única e exclusiva de São Paulo, que cerceia todos

outros os estados, isso deixará de acontecer, pois os estados beneficiados farão acordos entre si — resumiu o governador de Mato Grosso do Sul.

O STF publicou o edital de Proposta de Súmula Vinculante 69 em 24 de abril passado. Na hipótese de aprovação do pedido pela presidência do STF, os ministros relatores de casos nos quais se analisam as leis estaduais que concedem os benefícios sem prévio convênio poderão julgar inconstitucionais essas leis. A decisão será de um só magistrado, o que acelera os julgamentos.

Paim destaca a 15ª Marcha em Defesa dos Municípios



Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem a realização da 15ª Marcha a Brasília em Defesa dos

Municípios, realizada pela Confederação Nacional de Municípios. Segundo ele, os municípios reivindicam, entre outras coisas, os restos a pagar junto ao governo federal; a repartição dos *royalties* do petróleo; mais recursos para o Fundo de Participação dos Municípios; e mais verbas para a saúde e a educação. Paim disse que afirmou que a marcha é “uma mobilização correta, justa e democrática”.

Casildo afirma que marcha de prefeitos é fundamental



Casildo Maldaner (PMDB-SC) elogiou a 15ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, movimento que ele considera

fundamental na luta por uma melhor repartição dos recursos arrecadados por meio de tributos. Sobre a situação fiscal das prefeituras, ele mencionou levantamento da Confederação Nacional de Municípios que destaca dez prefeituras pela eficiência na gestão e responsabilidade fiscal e social. Entre esses municípios, há dois catarinenses: Águas Mornas e Bom Jardim da Serra.

Para Ana Amélia, cabe aos prefeitos sanar a dívida social



Ana Amélia (PP-RS) saudou a 15ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e disse que cabe

a eles sanar a dívida que o país tem com a sua população.

Destacando a liderança do presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, a senadora lembrou que a implantação de 75% das metas do milênio cabe às prefeituras, que hoje se encontram estranguladas financeiramente. As metas foram constituídas pela ONU para reverter o quadro de pobreza, fome e doenças opressivas.

Lopes apoia declaração de Dilma sobre royalties



Eduardo Lopes (PRB-RJ) elogiou a presidente da República, Dilma Rousseff, pelo discurso que

fez na 15ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a favor das atuais regras de distribuição de *royalties* no caso dos contratos que já foram firmados.

A posição de Dilma, segundo o senador, tranquiliza os estados produtores, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, que se preocupam com a possibilidade de forte perda de arrecadação caso seja aprovado o PLS 448/11.

Senado tem de apoiar Comissão da Verdade, diz Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a instalação da Comissão da Verdade, marcada para hoje.



O grupo se destina a apurar violações dos direitos humanos ocorridas no país entre 1946 e 1988, período que inclui a ditadura militar.

O senador afirmou que, mesmo com 20 anos de atraso, a instalação da comissão será um momento histórico para o país. Ele acrescentou que o Senado terá de dar o apoio político necessário à comissão.

— Nós temos um princípio nos movimentando: não é ódio, é busca da verdade. A sociedade não pode continuar sem o restabelecimento da sua verdade histórica, sem saber o que aconteceu no seu passado e de que maneira se construiu o seu presente.

Suplicy: grupo vai impedir repetição de “tristes episódios”

Para Eduardo Suplicy (PT-SP), a instalação, hoje, da Comissão da Verdade será



“um fenômeno histórico da maior relevância para os brasileiros”.

O senador afirmou que o trabalho da comissão “contribuirá para que os tristes episódios havidos no período analisado não mais se repitam em nosso país”.

Suplicy destacou uma entrevista do professor e diplomata Paulo Sérgio Pinheiro à imprensa em que ele disse que a instalação da comissão não é revanchismo, “mas diálogo democrático que busca elucidar a história recente do país”.

O parlamentar enfatizou que a comissão tem a atribuição de apontar os responsáveis pelos crimes contra os direitos humanos, mas não a de julgá-los.

Malta diz que confia na decisão da presidente em relação aos recursos do petróleo



Magno Malta (PR-ES) elogiou a postura da presidente Dilma Rousseff em relação à distribuição dos *royalties* do petróleo. Ele registrou que Dilma foi vaiada enquanto falava na 15ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Segundo o senador, quando a

presidente concluía seu discurso, os prefeitos pediram que ela comentasse a questão da distribuição dos *royalties*. A presidente se negou, dizendo que os prefeitos não gostariam do que ela iria dizer. Ao dizer que os prefeitos deveriam lutar pela distribuição “de agora

para a frente”, Dilma foi vaiada.

Malta lembrou a trajetória de Dilma, destacando sua luta pela democracia, quando chegou a ser presa pela ditadura militar. Ele elogiou a coragem da presidente e a transparência com que conduz o seu governo e disse que confia

na postura dela em relação à distribuição dos *royalties* do petróleo.

Francisco Dornelles (PP-RJ) endossou o discurso do colega.

Malta também elogiou o Programa Brasil Carinhoso, lançado pelo governo dia 14, e criticou o projeto que criminaliza a homofobia.

Projeto aprovado pelo Senado prevê redução proporcional dos juros na liquidação de operações de crédito e arrendamento mercantil

Consumidor poderá ter desconto para quitação antecipada de dívida

A QUITAÇÃO ANTECIPADA de contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil poderá ser feita em condições mais favoráveis aos consumidores. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em votação final, projeto de lei (PLS 636/11) de Lídice da Mata (PSB-BA) que garante a liquidação da dívida com redução proporcional de juros e outros eventuais acréscimos.

A proposta também proíbe a cobrança de qualquer penalidade pela quitação antecipada da transação financeira e exige a inclusão, nos contratos, de planilha detalhando a taxa de desconto sobre as parcelas e de cláusula especificando a taxa de desconto na liquidação ou amortização antecipada.

Apesar de a liquidação antecipada ser um direito do consumidor, Lídice reclama de abusos na formalização de contratos de crédito. Segundo comentou, tanto o Código de Defesa do Consumidor quanto



Relator do projeto, Armando Monteiro (ao lado de José Agripino e Vanessa Graziotin) cumprimenta Delcídio do Amaral: fim da ambiguidade

resoluções do Conselho Monetário Nacional deixam a desejar na regulação.

— A proposição consolida e tira a ambiguidade da legislação sobre o tema do direito do consumidor de serviços financeiros à amortização ou liquidação antecipada de operações de crédito e de arrendamento mercantil. Hoje tal arcabouço encontra-se disperso em dispositivos do

Código de Defesa do Consumidor e em resoluções do Conselho Monetário Nacional — comentou Armando Monteiro (PTB-PE), relator do PLS 636/11.

Emenda

O texto original recebeu emenda do relator para permitir a negociação da taxa de desconto a ser aplicada na operação de amortização

ou liquidação antecipada de dívida financeira. A única ressalva é que esse desconto não seja menor que a taxa de juros estabelecida no contrato, garantindo, assim, que a quitação antes do prazo final tenha, de fato, um custo menor para o cliente.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, a matéria seguirá direto para a Câmara dos Deputados.

Viana ressalta esforços do governo para diminuir juros e parabeniza BB e Caixa

Jorge Viana (PT-AC) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pelo esforço para baixar os juros cobrados do consumidor. Ele citou a presidente, para quem “é inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo”.

O senador parabenizou os diretores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, instituições financeiras pioneiras na diminuição



Waldemir Barreto/Agência Senado

das taxas de juros. Ele disse que pesquisou as taxas cobradas pelos bancos privados e constatou “cortes fortes” nos bancos Itaú, Santander, HSBC, Citibank e Bradesco.

Viana afirmou que é hora de parar de pensar em financiamento de curto prazo e passar a privilegiar o de longo prazo. Ele pediu que o Plano Safra 2012-2013, “fundamental para todo o setor produtivo brasileiro”, seja diferenciado, trazendo as mais baixas taxas de juros da história.

Armando apoia medidas do governo para reduzir margens obtidas pelos bancos

Armando Monteiro (PTB-PE) apoiou, em pronúncia ontem, a ofensiva do governo federal pela redução do *spread* bancário, diferença entre os juros que os bancos pagam e os que cobram em suas operações. O senador condenou a “anomalia” e a “distorção” que representam as margens brutas de intermediação no sistema financeiro brasileiro.

— Como justificar o nível de *spreads* que ainda, infelizmente, são praticados neste país? — questionou.

Armando disse que as condições macroeconômicas do

Brasil, a percepção da comunidade internacional sobre o país, as reservas cambiais maiores do que a dívida pública e a tendência de queda na taxa básica de juros vão no sentido contrário às margens obtidas pelos bancos.

Segundo dados do Dieese apresentados pelo senador, o *spread* no Brasil atinge 27,8%, enquanto na Argentina, por exemplo, esse percentual fica em 4%. Para ele, os bancos brasileiros passaram muito tempo em posição cômoda, fechados à competição externa e voltados a financiar o déficit público do país.

Para entidade, voar no Brasil não é tão seguro quanto nos EUA

Se quiser a segurança dos passageiros da aviação, o Brasil deve melhorar a regulação, a fiscalização, as condições de trabalho, os salários e o treinamento dos funcionários. Essa foi a conclusão da audiência de ontem da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

O diretor da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) Carlos Ebner disse que os níveis de segurança da aviação melhoraram em todo o mundo, mas que a América Latina ainda não chegou a níveis europeus e norte-americanos.

Para ele, os desafios imediatos

do Brasil são aumentar a segurança operacional, facilitar os procedimentos dos passageiros e melhorar a fiscalização do transporte de cargas, inclusive bagagens pessoais.

O ex-secretário-geral da Organização da Aviação Civil Internacional Renato Cláudio Pereira afirmou que o Brasil forma profissionais competentes para a aviação, mas não

oferece bom treinamento para as áreas gerenciais, o que leva os trabalhadores a aprenderem na prática. Segundo ele, o país deve estimular novos cursos.

O secretário regional da

Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes, Antonio Rodríguez Fritz, cobrou o fomento à “livre concorrência”. Ele disse ser necessário aumentar o número de voos e cidades atendidas, sem impedir que empresas estrangeiras possam contribuir. Fritz apontou como problemas a elevada jornada de trabalho e os baixos salários.

A condução da audiência foi revezada entre Vicentinho Alves (PR-TO), que preside a subcomissão, Valdir Raupp (PMDB-RO) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Renato Cláudio Costa Pereira, senador Vicentinho Alves, Antonio Rodríguez Fritz e Carlos Ebner participam da audiência

Senadores defenderam a votação de PECs que tornam aberta a votação de processos de cassação do mandato de parlamentares antes de ser levado ao Plenário o processo contra Demóstenes Torres

Jarbas e Cyro pedem fim do voto secreto no Congresso

PARA JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE), é fundamental que a proposta que acaba com o voto secreto em caso de cassação de mandato parlamentar seja posta em votação antes de ser submetido ao Plenário o processo sobre possível quebra de decoro parlamentar pelo senador Demóstenes Torres (sem partido-GO). Cyro Miranda (PSDB-GO) e Pedro Taques (PDT-MT) também defenderam o fim do voto secreto no Congresso, sobretudo em processos de cassação de mandato.

Jarbas anunciou que requererá a inclusão, na ordem do dia, da proposta (PEC 38/04) já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em 2010.

— Com o voto secreto, fica sempre a dúvida de quantos dos nossos pares irão se esconder sob sigilo para absolver uma conduta claramente reprovável — disse, lembrando que, em 2011, a Câmara absolveu por voto secreto a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF), apesar de ela ter sido “filmada recebendo

dinheiro em espécie de um conhecido corrupto”.

Para Jarbas, o voto secreto no Congresso é “típico de países que passaram por ditadura”. Ele observou, porém, que o Brasil “já venceu esse trauma”.

Na avaliação de Cyro Miranda, o voto secreto só se justifica nas eleições, quando o cidadão escolhe seus representantes políticos. Mas, no Congresso, “um dos momentos de maior importância para o cidadão conhecer de fato o candidato eleito é quando os parlamen-

tares são obrigados a cortar na própria carne, votando nos processos de cassação de mandato de seus pares”.

— Sob o véu do voto secreto acaba por se refugiar a desconfiança, a dúvida quanto aos efeitos do nefasto espírito de corpo e da leniência — disse.

Taques defendeu a PEC 86/07, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que trata do fim do voto secreto em cassação de mandato parlamentar, e tramita em conjunto com a PEC 38/04, do então senador Sérgio Cabral, defendida por Jarbas.



Jarbas: “Quantos vão se esconder sob sigilo e absolver conduta reprovável?”



“O eleitor deve saber como votam os seus representantes”, diz Cyro Miranda

Mozarildo homenageia os 67 anos do PTB e lembra Getúlio Vargas



“Mesmo banido por 15 anos pela ditadura militar, o PTB não abandonou as causas trabalhistas”, afirmou Mozarildo Cavalcanti (RR), prestando homenagem aos 67 anos de seu partido. O senador lembrou que, em 15 de maio de 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro foi criado pelo então presidente Getúlio Vargas, em oposição à UDN e ao PSD, “legendas de perfil mais conservador”.

— E até hoje defendemos um trabalhismo sadio — disse.

Jayme Campos registra aniversário de 145 anos de Várzea Grande



Há 145 anos, Várzea Grande (MT) “nasceu à margem do rio Cuiabá, de um acampamento militar durante

a Guerra do Paraguai”, disse Jayme Campos (DEM-MT).

— Seu fundador, general Couto Magalhães, plantou na terra dos índios guarás a semente de uma comunidade fértil e dinâmica — afirmou o senador, lamentando que “a cidade, que esteve em 2009 entre as 160 com maior PIB no país, seja hoje refém da violência e de poucos investimentos em saúde”.

Petecão defende o restabelecimento do horário do Acre



Sérgio Petecão (PSD-AC) defendeu a votação imediata do projeto que restabelece o antigo horário do Acre. A proposta (PLC 63/11), já aprovada na Câmara, está na CCJ. O senador criticou requerimento de Aníbal Diniz (PT-AC) para análise do projeto também na CCT e na CDR.

Petecão lembrou que o tema já foi objeto de referendo, e a população do Acre decidiu pelo fuso horário original, “pois sente dificuldade de se adaptar ao novo horário”.



Jane de Araújo/Agência Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu do diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações — a Gráfica do Senado —, Florian Madruga (E), e do diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita (C), o primeiro exemplar do livro “O Legislativo Brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública”, lançado ontem. Com 117 páginas, o livro reúne seis artigos acadêmicos

que analisam, entre outros temas, a imagem do Parlamento junto à opinião pública e à mídia impressa. Os períodos analisados variam entre os anos de 1987 e 2004. Fernando Cesar Mesquita é autor do prefácio da obra. A coletânea é resultado de parceria entre o Interlegis — comunidade virtual do Poder Legislativo — e o Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas (Unicamp).

Senado aprova tratado com regras de extradição assinado entre Brasil e Índia

O Plenário aprovou projeto de decreto legislativo (PDS 64/12) referente a tratado de extradição entre Brasil e Índia. A mensagem presidencial com o acordo foi relatada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por Romero Jucá (PMDB-RR).

Relator substituto, Jorge Viana (PT-AC) explica que o tratado, de 25 artigos, contém as cláusulas típicas do direito internacional público sobre o tema, como a proibição de extradição para crimes políticos, a necessidade de previsão do tipo penal na legislação do país solicitado,

as garantias do extraditando, os procedimentos para solicitação e entrega do extraditando e a autonomia das partes para negarem a concessão.

Os dois países obrigam-se a extraditar pessoas presentes em seu território para que respondam a processo penal ou para execução de sentença que imponha pena privativa de liberdade.

Apenas serão passíveis de extradição os incursos segundo as legislações de ambos os países em crimes puníveis com privação de liberdade por prazo não inferior a um ano.

Parente de brasileiro em missão oficial no Congo poderá exercer atividade remunerada

O Plenário aprovou o texto do acordo entre o Brasil e a República do Congo sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico. O acordo foi assinado em Brasília, em setembro de 2010.

Segundo Ana Amélia (PP-RR), que relatou o projeto (PDS 62/12) na Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional, “o acordo dá acesso ao trabalho aos brasileiros familiares dos agentes em missões diplomáticas e consulares oficiais no Congo que, de outra maneira, seriam obrigados a interromper sua carreira profissional. O mesmo vale para os congolezes que se enquadram nas condições do acordo residindo no Brasil”.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senadores descartam tese de escuta ilegal sobre Demóstenes

A tese de que Demóstenes Torres (sem partido-GO) teria sido investigado ilegalmente pela Polícia Federal foi considerada “derrubada” ontem por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Humberto Costa (PT-PE). O advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, alegava que a autorização para escutas dependeria do Supremo Tribunal Federal (STF), e não da Justiça Federal.

Tanto Randolfe, cujo partido pediu o processo no Conselho de Ética, quanto Humberto, relator do caso, baseiam suas opiniões no depoimento dos delegados federais responsáveis pelas operações Vegas e Monte Carlo, Raul Alexandre Marques de Souza e Matheus Mela Rodrigues, realizado ontem pela manhã.

Depois de ouvir os depoimentos dos delegados na CPI do Cachoeira, Kakay se disse convencido de que

eles apontaram um erro processual, ao confirmarem que a Procuradoria-Geral da República já tinha conhecimento em 2009 de ligações telefônicas entre Demóstenes e o contraventor acusado de comandar um esquema de jogos ilegais, corrupção e tráfico de influência. Mesmo assim, o Ministério Público conseguiu autorização para o prosseguimento de investigações, no âmbito das quais estaria uma autoridade com foro privilegiado, Demóstenes.

Quando chegou ao Senado ontem, o advogado de Demóstenes disse que esperava mais uma vez a confirmação desse fato durante o depoimento dos dois delegados federais ao Conselho de Ética.

— Ele, de fato, tentou obter a confirmação dessa tese no conselho, mas a pretensão caiu por terra — afirmou Randolfe.

Para evitar novo adiamento, senadores aprovam acesso amplo do contraventor aos documentos sigilosos da investigação da Polícia Federal que estão com a comissão



Vital (2º à esq.) demonstrou insatisfação com a decisão do STF sobre acesso de advogados aos autos

CPI remarca para dia 22 o depoimento de Carlinhos Cachoeira

O CONTRAVENTOR CARLINHOS Cachoeira será convocado para falar à CPI mista que investiga suas relações com agentes públicos e privados na terça-feira. O depoimento seria ontem, mas foi adiado após liminar do ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), para que antes os advogados analisem os documentos sigilosos a respeito da investigação.

Para evitar um novo adiamento, os senadores aprovaram, antes, amplo acesso dos advogados de Cachoeira às dependências da secretaria da CPI, a partir de hoje, onde se encontram todos os documentos já produzidos.

Segundo o presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a comissão deve recorrer da decisão do STF. Ele não quis entrar em detalhes sobre os requerimentos que pedem a convocação dos governadores de Goiás, Marconi Perillo, e do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Até agora, foram ouvidos os delegados federais Matheus Mela Rodrigues, responsável pela Operação Monte Carlo, e Raul Alexandre Marques, da Operação Vegas.

Para vários dos parlamentares que participaram da reunião de ontem, a decisão do STF abre precedentes para que outros convocados se recusem a comparecer, o que poderia inviabilizar o trabalho da CPI.

— Cachoeira tem a obrigação constitucional de vir a esta CPI para cumprirmos o devido processo legal. Decisão judicial se cumpre, mas, nas democracias, decisão judicial também se critica — afirmou o senador Pedro Taques (PDT-MT), apoiado por Alvaro Dias (PSDB-PR) e pelo deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), autor do novo requerimento de convocação.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o Poder Legislativo “foi aviltado”, com uma “intromissão clara do Poder Judiciário”. O senador afirmou que a decisão é inédita em CPIs e que pode atrapalhar não apenas a comissão que investiga cachoeira, mas todas as outras no futuro.

— Se prosperar pelo Pleno do STF essa decisão já exarada pelo ministro Celso de Mello, não haverá mais CPI no país — previu Randolfe.



Senadores do Conselho de Ética se preparam para ouvir depoimento de delegados federais

Intenção não era investigar senador, diz Humberto Costa

Segundo Randolfe, o que os delegados deixaram bem claro é que Demóstenes apenas apareceu no resultado das diligências da PF de maneira indireta, já que trocou 416 telefonemas com Cachoeira. Humberto Costa explicou que a presença de Demóstenes nas investigações se deve ao que a polícia chama de “encontros fortuitos”.

— Não me parece claro que tenha havido intenção de investigar especificamente o senador. Pelo contrário, no momento em que fica evidente a participação de alguém com foro privilegiado, a investigação foi encaminhada ao Supremo — disse o relator.

Humberto observou que, pelos delegados, ficou clara a ação de Demóstenes na defesa de interesses de Cachoeira.

Randolfe aponta subserviência em telefonema gravado

Para reforçar sua convicção da culpa de Demóstenes, Randolfe disse que os policiais federais citaram telefonema de 29 de abril de 2009 no qual Demóstenes discute com Cachoeira sobre um projeto que tratava do funcionamento de loterias. No entender de Randolfe, Demóstenes demonstra subserviência a Cachoeira: “Eu faço o que você quer, mas isso não regulamenta nada”.

Em outro telefonema, Cachoeira determina a auxiliares o pagamento de R\$ 20 mil a Demóstenes.

Randolfe acredita que a defesa de Demóstenes tenta, equivocadamente, passar ao largo do que chamou de “evidências” para fazer prosperar a tese do erro processual.

Para advogado, depoimentos confirmam “burla” à Constituição

O advogado de Demóstenes argumentou que os depoimentos dos delegados responsáveis pelas operações Vegas e Monte Carlo na CPI, semana passada, comprovam que houve uma “burla” à Constituição.

Para Kakay, o Ministério Público e a Justiça deveriam ter pedido autorização ao Supremo Tribunal Federal para fazer as gravações telefônicas da Operação Monte Carlo porque, como argumentou, Demóstenes, como

parlamentar, tem foro privilegiado. As provas, por isso, seriam nulas.

— Os depoimentos deixaram claro que desde 2009 havia uma investigação ferrenha, fechada, contra o senador. O que tenho dito na reclamação ao Supremo foi comprovado aqui. Está comprovada uma burla clara, quase criminosa, à Constituição. Quero apenas que confirmem [no Conselho de Ética] o que disseram à CPI — afirmou o advogado.

Roberto Gurgel prestará por escrito informações à CPI

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, deve prestar esclarecimentos por escrito à CPI do Cachoeira. De acordo com o requerimento aprovado ontem, Gurgel tem 5 dias úteis para esclarecer dúvidas levantadas sobre a atuação da Procuradoria-Geral nos inquéritos das operações Vegas e Monte Carlo, da Polícia Federal, que investigaram o contraventor. Os parlamentares querem esclarecer o motivo da falta de continuidade das investigações da Operação Vegas, iniciada em 2008.

Foram adiados para depois de 31 de maio os depoimentos dos procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, que estavam agendados para amanhã.

Couto: CPI serve para desviar foco do mensalão

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que a CPI do Cachoeira serve para desviar o foco do julgamento dos envolvidos no escândalo do mensalão:

— Falou-se no julgamento do mensalão e, pela primeira vez, vi o governo se interessar pela abertura de uma CPI — disse o senador.

Ele pediu a união dos parlamentares para combater a “fábrica de corrupção” que, em sua avaliação, os governos do PT instalaram no país. Couto mencionou a denúncia contra a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, que autorizou a compra de 38 lanchas sem licitação, e desvios apontados pelo Tribunal de Contas da União no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Firma com benefício fiscal na Copa deverá contratar deficiente

As empresas que recebem benefícios fiscais para atuar em atividades relacionadas à Copa das Confederações de 2013, à Copa do Mundo de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016 deverão reservar 5% dos postos de trabalho a pessoas com deficiência.

A medida está prevista num projeto (PLS 506/11) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. Como foi aprovado em caráter terminativo, poderá seguir para a Câmara.

O projeto de lei é do senador Lindbergh Farias (PT-RJ). O relator, senador Benedito de Lira (PP-AL), disse que a proposição é “meritória e profunda justiça social”.

Fiscalização do TCU sobre sindicatos cria polêmica em comissão

Provocou polêmica na Comissão de Assuntos Econômicos a possibilidade de sindicatos e centrais sindicais serem fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União. O debate aconteceu durante o exame de emenda de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) a um projeto (PLC 51/11) que transfere do Ministério do Trabalho para as entidades sindicais a obrigação de comunicar à Caixa Econômica Federal mudanças estatutárias ou administrativas. O relator, José Pimentel (PT-CE), apresentou voto favorável, mas rejeitou emenda de Aloysio que prevê prestação de contas dessas entidades ao TCU.

Aprovado texto que dá adicional a trabalhador de coleta de lixo

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou em turno suplementar um substitutivo ao projeto de lei (PLS 203/05) que estabelece o pagamento de adicionais de insalubridade e de atividade penosa a trabalhadores de limpeza e coleta de lixo. A intenção inicial do autor do projeto, Paulo Paim (PT-RS), era assegurar à categoria o direito a aposentadoria especial aos 25 anos de serviço. A Comissão de Assuntos Sociais havia excluído essa possibilidade, sob o argumento de que a Constituição veda a adoção de critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria. O projeto irá direto para a Câmara dos Deputados.



Henrique Lian (Ethos), senador Rodrigo Rollemberg, Paulo Mol Júnior (CNI) e José Carlos Barbieri (FGV) em audiência

País estimula biopirataria, afirma secretário da CNI

Paulo Mol diz que burocracia na concessão de autorizações de pesquisa sobre o patrimônio genético incentiva pirataria de espécies nacionais e registro fora do Brasil de remédios criados a partir delas

POR SER RICO em recursos naturais, o Brasil poderá tornar-se líder na “bioeconomia”, disse o secretário executivo do Conselho de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Paulo Mol Júnior. Para isso, o país deverá facilitar o acesso de pesquisadores ao seu vasto patrimônio genético, a partir do qual serão fabricados novos remédios, cosméticos e alimentos.

Em audiência sobre inovação e sustentabilidade, promovida pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o representante da

CNI observou que o Brasil detém 15% da biodiversidade mundial, mas até hoje não catalogou nem 10% das espécies que existem em seu território.

A dificuldade de obter uma autorização de pesquisa do Comitê do Patrimônio Genético, advertiu, motiva a pirataria de espécies genéticas e o registro no exterior de produtos inovadores obtidos a partir delas.

— Ficaria feliz de ver esse tema entrar na agenda do país. Destruir as pesquisas liberaria um eixo espetacular de pesquisas no Brasil — afirmou.

O potencial econômico da biodiversidade brasileira também foi ressaltado pelo

secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, Carlos Nobre. Ele recordou o exemplo da indústria de beneficiamento do açaí, cujo faturamento já se aproxima do obtido pela indústria madeireira.

— O Brasil tem que acordar para um de seus grandes potenciais — disse Nobre.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu prioridade ao Centro de Biotecnologia da Amazônia, que “não funciona”.

A audiência, presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), faz parte dos preparativos para a Rio+20, marcada para junho.

Proposta prevê UTI móvel em estádio

Os estádios brasileiros deverão ter UTIs móveis nas competições esportivas com mais de 10 mil torcedores.

A medida está prevista em projeto de lei de Humberto Costa (PT-PE) que foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Agora, o projeto vai para a Comissão de Assuntos Sociais, onde receberá decisão terminativa (não dependerá da aprovação do Plenário).

O Estatuto do Torcedor já exige que a organização de qualquer evento esportivo disponibilize um médico, dois enfermeiros e uma ambulância para dez mil torcedores.

O projeto aprovado ontem



Ana Amélia e Roberto Requião participam de reunião da Comissão de Educação

(PLS 640/11) altera o estatuto para que pelo menos uma dessas ambulâncias seja UTI móvel.

Na avaliação de Humberto Costa, uma ambulância simples não está equipada para prestar o atendimento adequado a casos graves.

Dependendo do caso, observou, a falta de uma UTI móvel pode resultar na morte do paciente. Ele destacou que a medida vai oferecer mais segurança para as pessoas presentes ao evento esportivo, uma vez que vai garantir rapidez e eficiência no socorro.

Avança projeto que proíbe colégio de cobrar taxa para material coletivo

A Comissão de Educação aprovou projeto que impede as escolas de exigir dos alunos o material escolar de uso coletivo e de cobrar uma taxa para cobrir os custos desse material.

O projeto (PLC 126/11) vai para a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, onde será votado em decisão terminativa (não precisará ir para o Plenário).

Para o autor, deputado Chico Lopes (PCdoB-CE), os contratos que fazem essa exigência são abusivos — os custos de material de uso coletivo devem ser considerados no cálculo das mensalidades escolares.

Em seu relatório, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) explica que não se pode “encarar como ônus individual aquilo que é de natureza coletiva”.

COMISSÃO FARÁ AUDIÊNCIA SOBRE CURRÍCULO ÚNICO

A Comissão de Educação realizará uma segunda audiência para discutir a proposta de criação de um currículo nacional único para a educação básica. O debate foi pedido pelos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO) e Armando Monteiro (PTB-PE). O Ministério da Educação já está elaborando uma proposta de unificação dos currículos da educação básica, segundo informou Monteiro. Em sua opinião, é necessário que o Legislativo discuta o assunto. A data do debate ainda não foi marcada.

Cristovam elogia Brasil Carinhoso, mas pede avanços sociais

Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o Programa Brasil Carinhoso, cujo objetivo é tirar da mi-



séria absoluta famílias com crianças de até 6 anos. No entanto, disse, o programa não é suficiente para os problemas sociais do país.

— Vim aqui para manifestar meu apoio ao programa. Mas é preciso cobrar avanços. E isso exige um programa que permita às famílias não precisarem mais de transferência de renda.

Para Cristovam, programas como o Bolsa Família precisam ter uma visão mais sistêmica para serem mais justos e menos generosos.

Valadares destaca propostas para Código do Consumidor

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) relatou as principais sugestões apresentadas ao Código de



Defesa do Consumidor pela comissão de juristas instituída pelo presidente do Senado, José Sarney. Ele enfatizou que as sugestões foram inspiradas em modelos adotados e testados na União Europeia e foram precedidas de amplo debate na comunidade jurídica, órgãos públicos e associações de consumidores. Entre outras, Valadares citou as sugestões para reduzir o enclivamento do consumidor.

Gurgacz apoia reivindicações de pecuaristas

Acir Gurgacz (PDT-RO) manifestou apoio aos pecuaristas que reclamam do monopólio de frigoríficos



no mercado de carne brasileiro. O senador leu em Plenário a Carta de Campo Grande, com reivindicações ao governo e ao Congresso para que impeçam a concentração do mercado em grandes frigoríficos.

— A ação monopolista no mercado do atacado do boi impõe preços de compra desses insumos — disse Gurgacz, para quem a prática provoca aumento nos preços ao consumidor e interfere no livre mercado, regulado pela oferta e procura.